

discurso proferido por V. Exa., quase que nos mesmos termos, em que dizia, naturalmente ironizando, que podia ser o Secretário da Agricultura e que, se convidado, aceitaria. A afirmação de V. Exa. continha realmente uma ironia, porque sabemos que V. Exa. não aceitaria esse cargo. Mas as suas palavras estão sendo mal interpretadas, porquanto já ouvi comentários no sentido de que V. Exa. havia pedido ao atual governador ou estaria estabelecendo entendimentos objetivando a Secretaria da Agricultura. Aliás, V. Exa. seria um grande Secretário, e deixaria uma lacuna em nossa bancada, o que me deixaria satisfeito.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Naturalmente, os que não querem entender, os que procuram confundir, os que não querem perceber têm usado desse argumento. Mas isso não vai acontecer. O Sr. Governador deve achar que não tem competência. O segundo motivo, primordial, que levaria o governador a não aceitar é que se eu fosse convocado para ajudar São Paulo, iria ajudar São Paulo e não o governador. Isso nunca, porque a política de S. Exa. diverge completamente da minha. Não aceito e nunca aceitei. E até disse, quando assumi nesta Assembleia, que ia dar um crédito de confiança ao Sr. Governador, porque, quem sabe, S. Exa. havia se recuperado. Os próprios amigos de S. Exa. diziam: "Adhemar está velho, cansado, já se recuperou daquele vício de repercussão até internacional, que ocasionou aquela corrida para Cochabamba". Alguém pode dizer — e, na verdade, muitos dizem: "Ah, mas S. Exa. foi absolvido". Então, é necessário que se esclareça como foi a absolvição. Não foi absolvido porque não tinha crime. Não foi absolvido porque o crime havia prescrito. Mas a Revista dos Tribunais dizia perfeitamente que S. Exa. era um "improbos administrador". De maneira que não venha alguém dizer que tudo foi injúria, tanto assim que a Justiça o absolviu. A Justiça o absolviu não porque não era criminoso. A Justiça o absolviu porque havia prescrito o crime. Está na Revista do Supremo Tribunal Federal. O Tribunal de Justiça de São Paulo o condenou e o Supremo Tribunal Federal o absolviu porque havia prescrição do crime.

Então, neste instante, Srs. deputados, entrar propriamente...

O Sr. Domingos José Aldrovandi — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Não posso negar o aparte a V. Exa., tanto mais que me referi ao Sr. Secretário da Agricultura, que poderia confundir uma plantação de capim colônio com o canavial de V. Exa. Dou o aparte com muito prazer.

O Sr. Domingos José Aldrovandi — Obrigado, entretanto, o aparte que desejo dar a V. Exa. não é sobre esse ponto, porque infelizmente não tive ocasião de ouvi-lo porque estava na sala da Presidência tratando de assunto importante. Queria apenas fazer um pequeno reparo à afirmativa que V. Exa. acaba de fazer com relação à absolvição do Dr. Adhemar de Barros pelo Supremo Tribunal Federal. V. Exa. que me perdoe, mas labora num equívoco. A absolvição foi total, reformando a sentença do Tribunal de Justiça de São Paulo e não como V. Exa. acabou de afirmar. Entretanto, eu me reservo para dar a V. Exa. os comprovantes necessários. Muito obrigado.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Então, se V. Exa. tem disponível a Revista dos Tribunais, poderíamos ler para conhecimento de São Paulo a decisão do Supremo Tribunal Federal. Possivelmente eu tenha traduzido ou expressado o meu pensamento erradamente com referência ao Tribunal de São Paulo, mas a confirmação do Supremo Tribunal Federal foi de que S. Exa. era realmente culpado no caso.

O Sr. José Lurtz Sabá — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Há quem diga que o Governador de São Paulo recebeu um diploma de honestidade do Supremo Tribunal Federal.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Não! Está escrito o contrário.

O Sr. José Lurtz Sabá — V. Exa. me permite? Mas acredito que nenhum cidadão deva receber um diploma desse. Não desejo, e acho que V. Exa. também não deseja receber, da Justiça, diploma de honestidade. O melhor é não ter condições de ir à Justiça, ou de ser levado à Justiça. Isso é o melhor.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Muito obrigado pelo aparte de V. Exa.

O que é necessário neste instante. Sr. Presidente e Srs. deputados, é abordarmos o problema da greve da Sorocabana, que considero crucial não só para São Paulo como para a Pátria.

Temos notícia de que amanhã, possivelmente, entrará em greve a baixada santista. Possivelmente também entrarão em greve todas as ferrovias. Referiu-se o nobre deputado Oswaldo Massei a uma comissão de deputados que entraria em entendimento com o Governo da República a fim de tratar da encampação. Não sou contra isso. Devemos discutir toda e qualquer medida que venha solucionar o problema da Sorocabana. E possivelmente essa será uma medida. Mas, é necessário que esta Assembleia Legislativa de São Paulo, que cada deputado, que cada partido com representação nesta Casa, se coloque na posição de defesa de São Paulo e da nossa pátria. Aqui não deve haver acordo político.

Ontem advertimos o célebre P. R. carunchado — quem sabe existe um inseto para matar o caruncho do P.R., o nome não sei, mas quem sabe existe — de que deveria se colocar a favor de São Paulo. A Sorocabana está parada há 15 ou 16 dias, e continua disposta a continuar na greve. O Secretário dos Transportes anunciou, no "Diário Oficial" de ontem, que os trens correriam normalmente, mas, segun-

do me consta, isso não se verificou. O nobre deputado José Lurtz Sabá percorreu a zona da Sorocabana e constatou estar ela totalmente paralisada. Eu tenho passado pela União dos Ferrovieros, tenho comparecido às Assembleias Gerais, e tenho verificado que está tudo da mesma forma.

Neste instante é necessário que se diga que parece que não tive votos de ferroviários da Sorocabana, portanto não estou defendendo meus eleitores. Tive apenas alguns votos em Sorocaba, talvez algum de ferroviário, mas tive alguns votos lá, pois invadi a terra do nosso ilustre líder. Mas, também muitos candidatos invadiram a minha terra. Eu acho justo, natural, que o eleitor vote naquele que ele acha melhor, naquele que se identifique melhor com os seus ideais. De maneira que nas próximas eleições pretendo aumentar, sem dúvida alguma, a minha votação em Sorocaba. Este trabalho tem sido muito produtivo e de uma germinação altamente satisfatória. Eu iniciei a minha vida pública elegendo-me vereador com 74 votos, fui eleito pela legenda, e estou nesta Casa com mais de 12 mil votos, fora aqueles que, por um fenômeno realmente estranho, para o qual não encontro nome apropriado, sumiram. Já tive oportunidade de apresentar certidão de 130 votos que obtive em Promissão, sumidos inexplicavelmente. Será que se perderam no caminho? Talvez possamos chamar a isso de negócio esburo. O certo é que esses votos sumiram. Em Birigui também muitos votos andaram, e vou trazer a certidão comprobatória.

Mas, Sr. Presidente e Srs. deputados, vamos, então, entrar no problema da Sorocabana, apenas repetindo que esperamos que estas sementes que se jogam em terras férteis, tenham fácil germinação, estendendo-se pela Sorocabana, pela Paulista. Quem sabe Deus Onipotente nos dará essa ventura.

O Sr. José Lurtz Sabá — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) — Nobre deputado João Batista Botelho, eu considero o problema da Sorocabana sumamente grave, e gostaria que os Srs. deputados, em comissão, percorressem a ferrovia para analisarem não apenas o aspecto da greve, porque ela é total, não há possibilidade mais, os grevistas estão irreductíveis na sua posição, estão unidos. E senti essa união ontem à noite numa Assembleia realizada na cidade do Assis, onde mais de 1 milhão de ferroviários, de Sorocaba, de Presidente Prudente, de Ourinhos, de Palmital e de outras cidades, mostravam-se entusiasmados e unidos para a obtenção de suas reivindicações.

Mas, nobre deputado, e esta Assembleia, que é composta de representantes do povo, o que tem feito? Eu ouvi várias reclamações de alguns ferroviários, dizendo: E a Assembleia, o que tem feito a respeito dos ferroviários? Acho, nobre deputado, que esta é a hora oportuna da Casa do povo ir ao encontro e estudar uma fórmula, um "modus vivendi", para colocar um ponto final nessa greve, porque a economia do Estado está sendo afetada pela irreductibilidade da posição do Sr. Governador, posição firmada mais politicamente do que propriamente de impossibilidade do Governo. Sabe de quanto precisam? Duzentos milhões de cruzeiros, para atender à reivindicação dos modestos e humildes ferroviários. Eu acho, nobre deputado, que esta Casa tem de encontrar uma saída e ir ao encontro das aspirações dos ferroviários, das aspirações da economia de São Paulo, pois não é possível deixar que continue este estado de coisas; não há condição de sustentabilidade, nobre deputado e esta Assembleia não pode se alheiar a este problema, pois, caminhando ao longo da Sorocabana, senti que cada ferroviário está verdadeiramente preocupado. Não pense V. Exa., nobre deputado, que os ferroviários vão recuar; pelo contrário, estão ainda mais convencidos e continuarão em greve mais 20, mais 30 dias. Sugerir, humildemente, ao Presidente desta Casa que fosse o mediador dessa pendência infundável, pois não pode continuar, de maneira alguma, esse estado de coisas: uma ferrovia, de capital importância para a economia do Estado, aí, totalmente parada, porque o governo, na sua vontade ou tática política de fazer alguma coisa, disse que não cede, porque, se ceder, estará ferindo sua autoridade. Pelo contrário, nobre deputado, esta seria a hora de dar sua contribuição para a solução do grave problema. Aguardo a oportunidade de discutir o projeto para apresentar os aspectos de tudo que vi em Sorocaba, Botucatu, Assis e em outras cidades.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Muito obrigado, nobre deputado, José Lurtz Sabá, mas o que é interessante e necessário que se diga é que esta Casa tem poder para resolver o problema da Sorocabana. Esta Assembleia tem poder, não digo de imediato, mas ela tem poder para resolver o problema da Sorocabana, porque a Sorocabana é uma estrada vital, não só para São Paulo, mas para o Brasil.

E' o bastante, Sr. Presidente, que cada um dos Srs. deputados reconheça a sua responsabilidade, esquecendo-se dos compromissos partidários, muitas vezes feitos por baixo da cortina; cada um se coloque na sua verdadeira posição, pois esta Assembleia é um Poder, Poder que depõe o governo. E, se esta Assembleia tem poder para depor o governo, por que, então, não tem para interferir e resolver o problema da Sorocabana? Mas esta Assembleia tem esse poder, e lanco um repto, como deputado humilde e simples, mas aqui vai a palavra da minha sinceridade, a minha palavra de autenticidade, não autêntico por ser mais capaz, não autêntico por ser homem sofrido, por ser um

homem experimentado, mas lanco um repto a quem possa contestar que a Assembleia não tem esse poder. A Assembleia tem poder para resolver o problema da Sorocabana, a Assembleia tem poder para resolver o problema de São Paulo.

Aqui está realmente representado o povo de São Paulo, ademaristas, janistas, carvalhistas, plinistas. Aqui estão realmente representadas todas as aspirações populares, todos os pensamentos, todas as ideologias políticas do povo. Resta apenas, portanto, que cada um de nós se compenetre das responsabilidades da procuração que recebeu do povo. Desta procuração que recebemos, Srs. deputados, temos de prestar contas.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar a campainha) — Nobre deputado, restam a V. Exa. dois minutos.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — (Para reclamação) — Sr. Presidente, dado a minha falta de conhecimentos do Regimento, consultaria V. Exa. sobre se posso endereçar requerimento de convocação da Assembleia para que fique em vigília até que seja resolvido o problema da Sorocabana. Não é meu intuito ofender a quem quer que seja, mas desejo propor medida que deve ser tomada, porque acho que a Assembleia Legislativa de São Paulo tem poder — e além disto obrigação — de resolver o problema da Sorocabana.

O SR. PRESIDENTE — Nobre deputado João Batista Botelho, toda proposição pertinente será encaminhada, discutida e aprovada ou rejeitada pelo Plenário. Nesta conformidade, poderá V. Exa., de acordo com o Regimento, requerer a medida que acaba de anunciar à Casa.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nestes dois minutos que me restam gostaria de dar um aparte de um minuto ao nobre deputado Scalamandrê Sobrinho e no outro minuto concluirei o meu discurso.

O Sr. Scalamandrê Sobrinho — Agradeço a V. Exa. e espero dar o meu aparte em um minuto. O nobre deputado José Lurtz Sabá, que vem de uma visita à Sorocabana, queixa-se do procedimento da Assembleia que, segundo o seu modo de ver, não estaria atenta ao problema. A verdade, nobre deputado João Batista Botelho, é que a Assembleia tem estado vigilante, pelo menos os deputados da oposição. O requerimento do nobre deputado Cássio Ciampolini, que se encontra na Ordem do Dia...

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Já foi aprovado hoje.

O Sr. Scalamandrê Sobrinho — Folgo muito em que tenha sido aprovado o requerimento que convoca o Sr. Secretário da Viação para prestar esclarecimentos. O nobre deputado Farabulini Júnior e outros ilustres colegas, como V. Exa. também, têm ocupado a tribuna insistentemente para tratar do assunto. O nobre deputado Hilário Turioni, líder do Governo, apresentou uma solução que foi recusada pelo Governador. O que há, nobre deputado João Batista Botelho, é uma teimosia do Sr. Governador de São Paulo, que quer bancar o «durão», tripudiando sobre a miséria desses pobres trabalhadores às vésperas do Natal. E que Natal terão eles? Um Natal de angústias e de dor, tudo pela teimosia de um governador insensível a essa calamidade, a essa desgraça que está acozinhando o nosso Estado. São 16 dias de greve com paralisação do comércio, e nada se tem feito a não ser colocar nos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana duas ou três composições carregadas de soldados com armas embalsadas para intimidar os funcionários da ferrovia. A Assembleia, pela sua oposição, está vigilante e tem feito o que pode dentro das suas forças. Cabe ao governo dar melhores condições aos seus seguidores nesta Casa a fim que encontrem uma solução para a greve da Sorocabana.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Muito obrigado, nobre deputado.

Encerrando as minhas considerações devo, neste instante, declarar que aguardo o desenrolar dos acontecimentos. Outros deputados virão a esta tribuna, quem sabe se com melhores argumentos, quem sabe se, com melhores dados, poderão alcançar o objetivo que pretendendo. Assim não haverá necessidade de este deputado entrar com um requerimento para que a Assembleia se ponha aqui, em vigília. Aguardarei, Sr. Presidente, Srs. deputados, o desenrolar da discussão, pois o nobre deputado Cássio Ciampolini, segundo me consta, tem dados positivos, que demonstram, cifra por cifra, tudo o de que precisamos saber, para que esta Casa verifique que, realmente, não há necessidade da aprovação do projeto em que se autoriza o empréstimo com Banco de Desenvolvimento Econômico. A Assembleia entrará em contacto com quem de direito, com quem for necessário. Se o Governo não resolver, temos de ir ao Sr. Presidente da República, para que S. Exa. então solucione o

problema. Quem sabe o Sr. Presidente da República está disposto a encampar, a tomar a responsabilidade da Sorocabana. Quem sabe isso seja do desejo do Sr. Presidente da República. O que é necessário é que a Assembleia abra o caminho, inicie o diálogo, comece os debates, procure idéias, apure as soluções concretas que o caso exige. Considero sério o presente caso. Mas talvez algum deputado possa argumentar que não é tão grave, tão asfixiante. Considero-o, porém, de suma importância. Para mim, é gravíssimo, talvez até para a nação. Quem sabe esteja eu enganado. Talvez algum deputado me diga que a paralisação da Sorocabana não trouxe prejuízos a São Paulo e ao Brasil. Por enquanto, continuo a afirmar que a paralisação da Sorocabana trouxe prejuízos não só para São Paulo como para nossa pátria. Aguardarei melhores acontecimentos, melhores explicações. Sou daqueles que, quando conhecem o erro, voltam atrás, cumprindo um dever de cidadania de respeito. Se eu for esclarecido, se outros deputados assomarem à tribuna e me derem melhores esclarecimentos e elucidarem melhor a matéria, esclarecendo a Casa e São Paulo, não terei dúvidas de voltar atrás. Aguardarei que outros deputados aqui discorram sobre os seus pontos de vista.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Cássio Ciampolini, por cessão de tempo do nobre deputado Esmeraldo Tarquinio.

(O SR. CÁSSIO CIAMPOLINI PRO-NUNCIA UM DISCURSO QUE POR DEPENDER DE REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO DEPOIS)

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar a campainha) — O tempo de tinado à presente sessão está esgotado. Restam 5 minutos para o deputado Cássio Ciampolini na próxima sessão.

Antes de encerrar, a Presidência convoca uma sessão extraordinária, de ofício, para as 19,35 horas de hoje, dia 27, com a seguinte

ORDEN DO DIA

PARA A 131.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, AOS 27 DE NOVEMBRO DE 1963
Proposições em Regime de Tramitação Ordinária

1 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 1.595, de 1963, apresentado pelo deputado Modesto Guglielmi, declarando de utilidade pública a Sociedade Beneficente e Recreativa dos Empregados da Trol S/A, Indústria e Comércio, da Capital. Parecer n. 2.674 de 1963 da Comissão de Justiça, favorável.

2 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 1.963, de 1963, apresentado pelo deputado Nelson Pereira, declarando de utilidade pública a Fundação para o Livro do Cégo no Brasil, da Capital. Parecer n. 3.469, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável.

3 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.271, de 1961, apresentado pelo deputado Nagib Chabib, criando subposto de assistência médico-sanitária no bairro de Nova Louzã, em Mogi Guaçu. Pareceres ns 406 e 1.046 de 1963, respectivamente de relator especial e da Comissão de Finanças, favoráveis.

4 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 67, de 1963, apresentado pelo deputado Nabi Abi Chedid, criando Faculdade Filosófica, Ciências e Letras, em Bragança Paulista. Parecer n. 2.750, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda.

5 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.096, de 1963, apresentado pelo deputado Muzeti Elias Antonio, criando Serviço Obstétrico Domiciliar em Altinópolis. Parecer n. 2.413, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável.

6 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.327, de 1963, apresentado pelo deputado Nadir Kenan, criando Bibliotecas Didáticas nos Grupos Escolares do Estado. Parecer n. 3.357 de 1963, da Comissão de Justiça, favorável.

7 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.924, de 1963, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando o Governo do Estado a subscrever ações de aumento de capital do Banco do Estado. Parecer n. 2.345, de 1963, de relator especial, favorável.

8 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 2.843, de 1963, apresentado pela Comissão de Justiça, em seu Parecer n. 3.009-63, alterando redação do art. 15 e seu parágrafo único do Decreto-lei n. 11.058, de 26-4-40.

9 — 2.ª discussão e votação do Projeto de resolução n. 30, de 1963, apresentado pela Mesa, criando o Conselho Técnico Consultivo de Assuntos Econômicos e Sociais.

"CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO"

ATUALIZADA

PREÇO Cr\$ 250,00
PELO CORREIO Cr\$ 260,00

Editada pela Imprensa Oficial do Estado.